

JORNAL DO CASO

República

29 DE MAIO DE 1975 — N.º 1 — PREÇO: 2\$50

DIRECTOR: RAUL RÉGO — REDACTORES: ALBERTO ARONS DE CARVALHO / ÁLVARO GUERRA / ÁLVARO TAVARES / ANTÓNIA DE SOUSA / ARTUR ALPE-DRINHA / BÉLARD DA FONSECA / CARLOS SOARES / GREGO ESTEVES / HELENA MARQUES / JAIME GAMA / JARDIM GONÇALVES / JOÃO GOMES, JCRGE / MORAIS / JOSÉ MAN / MANUEL ARONS DE CARVALHO / MARCELINO MESQUITA / NUNO COUTINHO / PÁZ FERREIRA / PEDRO FOYCS / ROCHA VIEIRA / RUI CAMACHO / VASCO FERNANDES / VITOR DIREITO

Liberdade

Por RAUL RÉGO

A luta que divide neste momento os trabalhadores da «República», ultrapassa em muito o âmbito do jornal, de quantos o fazem, dos seus accionistas e leitores. O que está em jogo, é o direito à livre expressão, reconhecer a todos os homens e a todos os movimentos, políticos e outros, iguais possibilidades de contacto com o público e de captação de adeptos. Não há igualdade cívica se não forem dados a todos os cidadãos oportunidades iguais.

Neste momento da nossa vida política, dos mais graves, se não o mais grave de toda a evolução histórica portuguesa, o objectivo é o socialismo democrático; mas não há democracia sem pluralismo, aquele mesmo pluralismo de que nos fala o Programa do MFA. Poderíamos dizer também que, na medida em que se encontram em jogo os direitos fundamentais do cidadão, se trata realmente de uma luta pelo prosseguimento do ideário da Revolução.

Os jornalistas da «República» sentem-se, neste momento, os autênticos defensores de todos os trabalhadores para quem a vida pública e profissional é, antes de mais, convicção entre os homens e as ideias sem que uns se imponham à força dos outros. Impor uma maneira de pensar e de sentir, excluindo outras, é a característica principal do totalitarismo. Contra ele lutámos durante quarenta e oito anos, muitas cicatrizes nos ficaram no corpo para que hoje vamos ceder diante de pressões iguais e que nos podem levar à mesma noite de onde tanto forcejámos por sair.

(Continua na oitava página)

COMO SE AMORDAÇA A LIVRE INFORMAÇÃO

ETAPAS DO ASSALTO CONSUMADO EM 19 DE MAIO

Uma data particularmente significativa no desenrolar do processo que culminou com o encerramento do jornal «República» na madrugada de 20 de Maio foi a de 24 de Abril de 1975, dia em que, no Sindicato dos Gráficos, se realizou um plenário dos trabalhadores da «República». Nesse encontro houve uma intervenção, que não chegou a tomar a forma de proposta, no sentido de não se admitir mais pessoal na Empresa sem que antes se definissem, através de um estudo — que o sector gráfico estava a elaborar — os critérios de admissão de novos empregados. A verdade é que esta intervenção foi tida apenas como sugestão e não chegou a concretizar-se.

Entretanto, a Redacção do jornal vinha sofrendo, nos últimos tempos, um certo desgaste. Uma série de redactores, mais ou menos con-

certadamente, tinha saído e sentia-se a necessidade da sua substituição. Nesse senti-

(Continua na sexta página)

AOS NOSSOS LEITORES

«O Jornal do Caso República» sai em circunstâncias muito especiais. Conta apenas com a boa vontade dos leitores da «República», privados do seu jornal, e com a de quantos em Portugal esperam não ver a imprensa reduzida a voz monocórdica e enfadonha, adulatora de uma classe ou de um regime, mas digna e participante na vida cívica nacional.

É com a boa vontade dos nossos leitores e com os seus óbulos que contamos para prosseguir na caminhada, enquanto nos estiver vedada a sede da «República» e todas as suas estruturas de organização. Quaisquer donativos podem ser enviados para a nossa sede provisória, na Rua da Emenda, 13-3.º andar — Lisboa - 2.

Neste primeiro número o jornal não foi estruturado na sua venda, mas os vendedores que o queiram tomar poderão entrar em contacto connosco.

Sujeitos às mais diversas contingências, continuaremos enquanto o caso «República» não tenha sido solucionado por quantos nele intervêm. Aqui estamos e continuaremos para que se não afabe uma voz socialista independente.

A TENTATIVA DE CALAR «REPÚBLICA» TEM COMO OBJECTIVO INUTILIZAR A PRÓPRIA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

— lembrou Salgado Zenha no comício pela liberdade de expressão

«A tentativa de calar «República» tem como objectivo inutilizar a própria Assembleia Constituinte» — recordou Salgado Zenha no comício pela liberdade de expressão realizado no passado dia 24, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa.

«O que se pretende agora» — acrescentou o ministro da Justiça — «é que a Assembleia Constituinte seja um grupo de canários dentro de uma gaiola, que chilreie, mas de modo que o país os não possa ouvir.»

O dr. Salgado Zenha, ministro do Governo Provisório e dirigente socialista, falava para os muitos milhares de pessoas que enchiam por completo o Pavilhão dos Desportos, no passado sábado, durante o grandioso «meeting» de luta pela liberdade de Expressão e direito à Informação, da iniciativa do Partido Socialista.

A importância da liberdade de imprensa numa sociedade que caminha para o socialismo e a «necessidade imperiosa de manutenção da democracia no processo revolucionário português foram as grandes linhas de força d. intervenção de Salgado Zenha, ur. dos mais corajosos lutadores antifascistas que atravessaram a noite salazarista-marcelista.

Comçando por saudar, em Raul Rego e José Ribeiro dos Santos, «toda essa equipa que tem sido vítima de uma campanha antisocialista, antidemocrática e contrarrevolucionária por parte daqueles que di-

zem desejar amplas liberdades mas que, na realidade, desejam amplas liberdades para eles e uma mord-

(Continua na quarta página)

2.ª EDIÇÃO

Os milhares de exemplares do «Jornal do caso República» ontem distribuídos — e rapidamente esgotados — não chegaram, nem de longe, para satisfazer a procura, impondo esta nova edição. O facto sensibiliza-nos, na medida em que constitui uma inequívoca prova de adesão de milhares e milhares de portugueses à causa que defendemos em prol de uma efectiva liberdade de expressão.

No número 2 deste jornal e desfazendo toda uma série de atoardas postas a circular em relação à edição composta em Setúbal, colocaremos o leitor a par de todo o acontecimento, provando de que forma é possível manipular a verdade e deturpar factos.

Entretanto, para todos — e tantos são — os que estão conosco, o nosso obrigado, juntos, em torno da verdade, venceremos.

SANTIAGO CARRILLO ESTÁ COM A «REPÚBLICA»

SECRETARIO-GERAL DO P.C. ESPANHOL

Santiago Carillo, secretário-geral do Partido Comunista Espanhol, declarou à revista francesa «Nouvel Observateur», sobre a crise política resultante do encerramento da «República» o seguinte:

«Sei que não tenho o direito de interferir nas questões internas portuguesas. É um facto que a queda do fascismo

neste país provocou uma grande vaga de simpatia no povo espanhol, que acompanha com a maior atenção a experiência que se desenvolve às suas fronteiras. Fazemos os mais sinceros votos para que esta experiência constitua um sucesso. Por isso é com alegria que acolhemos tudo quanto possa reforçar a unidade dos partidos operários e

democráticos com o Movimento das Forças Armadas. Pelo contrário, tudo quanto os possa dividir inquieta-nos profundamente. A esse respeito, considero lamentável a suspensão do jornal «República», que pode prejudicar a imagem do Portugal Democrático perante o mundo e prefiro acreditar que este quotidiano possa reaparecer sem tardar.»

CHEGAM-NOS DIARIAMENTE APOIOS DE TODA A PARTE

Começamos a publicar as muitas centenas de telegramas que temos vindo a receber — e que continuamos a receber — vindos de todos os pontos do País. Publicamo-los sem comentários. Eles expressam, clara e inequivocamente, só por si, até que ponto e em que medida nos encontramos acompanhados nesta luta que, para nós, foi de sempre: a luta pela liberdade de expressão e por uma imprensa efectivamente livre.

De Vila Real: «Repudiamos mais esta tentativa assalto de locais de trabalho honesta e órgãos de Informação por minorias partidárias apenas interessadas manipular povo português para nova ditadura. Estamos solidários convosco e continuamos acreditar honesta informação transmitida por vosso jornal.» Assina, por «200 leitores de República, Júlio Coutinho».

De Faro: «Queremos os comunistas fora da República. Os portugueses precisam de ter pelo menos um jornal diário que informe dignamente. a) Francisco Sampaio».

De Aveiro: «Repudio atitude assumida República considerando inqualificável afronta feita Raúl Rego defensor acérrimo Imprensa livre e verdadeira, a) Amândio Terríveis».

De Portimão: «Amigo longa data diário independente República acérrimo defensor liberdades democráticas apela cessação imediata lutas partidárias seu jornal e continuação linhas tradicionais independentes e antifascistas vis socializante conforme desejo expresso povo português. Viva jornal República, a) João A. Figueiredo».

Da Guarda: «Apoio solidário Raúl Rego e Vitor Direito. Protesto manobras pseudorevolucionárias aligeira paridos recente data. a) Henrique Abreu».

Do Porto: «Considerando grave atentado contra liberdade de Imprensa e democracia ocupação jornal República apresento mais firmes protestos. a) Fernando Almeida».

De Aveiro: «Apoio incondicional director República Raúl Rego. a) Um leitor».

De Lisboa: «Apoiamos Raúl Rego nesta luta esperamos continue director: a) António Rebordão e família».

De Guimarães: «Total apoio ao doutor Rego. a) Barbearia Paris».

Do Porto, sem assinatura: «Manifesto repúdio ocupação jornal».

De Oliveira de Azeméis, dirigido a Raúl Rego: «Incondicionalmente convosco. Disponde, a) padre Rodrigo da Cunha».

De Vila Real: «Inteiro apoio corpo redacção digno director Raúl Rego a) Helena Cardona, assinante».

De Moura: «Agente em Moura Jornal República solidário com director Raúl Rego exige sua publicação bairrante da resistência e liberdade democrática, a) Lopes Aljates».

De Vila do Conde: «Defensor duma Imprensa verdadeiramente livre e entendendo deve ser respeitada lei Imprensa aprovada Governo e MFA protesto contra procedimento havido contra Direcção e abandono lugar correspondente se não for reintegrada. a) António Sousa Pereira».

Do Fundão: «Estamos intranquilamente com lutadores antifascistas único jornal diário Lisboa antes vinte seis Abril 74 e de pois, a) vendedor República Fundão».

Do Porto: «Grupo Trabalhadores do Banco Pinto de Magalhães manifestam repulsa ocupação instalações Jornal República e sequestro seus directores grave atentado liberdade».

De Castanheira de Pera: «Grupo de Trabalhadores de Castanheira de Pera lamenta manobras partidárias divisionistas conducentes perseguições lutadores antifascistas como Raúl Rego. Exigimos rectificação atitude».

De Aveiro: «Apoio incondicional a Raúl Rego. a) Leitor da República».

De Beja: «Liberdade Imprensa manifesto minha solidariedade Raúl Rego. a) Manuel Rodrigues».

Do Montijo: «Dizemos não ao oportunismo. Não equipamos homens com máquinas. Exigimos respeito pelos homens. Fora com oportunistas. a) Joaquim Tapadinhas, correspondente Montijo».

Do Porto, dirigido a Raúl Rego: «Profundamente revoltado tudo quanto se passa ofensiva liberdade em particular espantoso caso República venho abraçar alma e coração meu velho ilustre amigo símbolo jornalistas antes quebrar que torcer luta liberdade Imprensa. a) Araújo Correia».

Do Jornalista do «Jornal do Comércio» David Lopes, dirigido ao nosso camarada Grego Esteves: «Contrário texto moção Jornal Comércio apoio camaradas em luta abraço extenso vosso director. a) David Lopes».

De Cucujães, Moinhos, dirigido a Raúl Rego: «Inteiro apoio atitude assumida V. Ex.º face disciplina empregados República. a) António Loureiro da Cruz».

De Melgaço, dirigido ao nosso director: «Colaborador Jornal República mais trinta anos sempre luta ditadura. Junesta amigo sempre malogrado Carvalho Duarte director interposto luta liberdade cumprimenta Vexa professor energeticamente arbitrariedade vilíssima querido jornal

a classificar justamente mais poderosa alavanca para destruição fascismo. a) José Joaquim de Abreu».

De Lisboa: «República propriedade maioria portugueses livres sérios: Nunca permitir fosse manipulada por fascismo nem permitirão tentativa manipulação falsos portugueses sociais-fascistas como infelizmente estão instalados maioria jornais. Exigimos liberdade Imprensa seguida honestamente Direcção legal. Fora com manipuladores. a) Correia».

Ainda de Lisboa, dirigida a Gustavo Soromenho: «Sinto revolta do todo seu desgosto tal como o de Rego. Anima forte não esqueça seus longos anos de tanta luta. Abraços. a) António Alexandre Pereira da Silva».

Azeiro, Lisboa: «República pertence milhões republicanos honestos. Ampararam dificuldades compraram máquinas independentes fascismo. Exemplo nesta imparcialidade firme diferente maioria jornais. Exigimos orientação seguida Raúl Rego. Fora fascistas sociais vendidos ao exterior. a) Ferreira».

De Aveiro, dirigido a Raúl Rego: «Felicito desassombradas declarações acerca nosso República espelho dum carácter vertical atitude que bem atesta honra origem bragançana e nossa Pátria. Abraço solidário coração. a) Morais Calado».

De Beja: «Manifesto total apoio actual Redacção e Director Raúl Rego a) Francisco Baptista».

De Vila Real: «Solidarizo-me Raúl Rego e colaboradores luta Imprensa livre. a) advogado Manuel Cardona».

Do Porto: «Leitor República protesta energeticamente e repudia a atitude prepotente assumida perante director jornal Raúl Rego. Pedem medidas urgentes no sentido de dignificar órgão independente Informação. a) Álvaro Beleza da Gama Barata».

Do Porto: «Leitor República protesta energeticamente e repudia a atitude prepotente assumida perante director jornal Raúl Rego. Pedem-se medidas urgentes no sentido de dignificar órgão independente Informação. a) Fernando Mário Nogueira Sampaio».

De Évora, dirigido ao nosso camarada Jardim Gonçalves: «Solidário convosco luta felicidade povo português. Abraços. a) Alves Gomes».

De Aveiro: «Apoio incondicional director República Raúl Rego. a) Um leitor».

Da Foz do Douro: «Apoio incondicional Raúl Rego e vosse luta pela manutenção de voz livre na Imprensa portuguesa. a) Rui Feijó e Margarida Feijó».

Da Maia: «Apoio ao senhor doutor Raúl Rego por uma liber-

dade de Imprensa. a) José Joaquim Loureiro».

De Vila Nova de Gaia: «Maioria absoluta trabalhadores escritório Ar Líquido Porto defesa Lei Imprensa liberdade de expressão manifestam mais vivo repúdio manobras imprensa controlada solidarizando-se administração jornal que foi incontestada lutador antifascista. a) Trabalhadores escritório Ar Líquido Porto».

De Carcavejos, dirigido aos «Jornalistas República»: «Manifestamos nosso solidariedade aos trabalhadores da República na sua luta pela liberdade de informação apoiando posição assumida Direcção e Redacção. a) Um grupo de 100 trabalhadores da Sterling I. A. S. Iberquils».

De Aveiro: «Apoio incondicional director República. a) Um leitor».

De Lisboa: «Trabalhadores B. E. S. C. L. Almirante Reis apoiam incondicionalmente Direcção e Raúl Rego hoje como sempre baluartes defesa intransigente liberdades fundamentais povo português longa dura ingrata luta contra fascismo. Seguem assinaturas».

Do Porto: «Conhecedores situação tendente a fazer calar voz independente nosso jornal República solidarizamo-nos com Redacção e vosso Director. a) Empregados Sociedade Portuguesa de Seguros».

De Cantanhede: «Repudiamos inqualificável atitude cometida contra Raúl Rego e Vitor Direito consequências imprevisíveis. a) P. S. Cantanhede».

Da Régua: «Repudiamos mais esta tentativa assalto de locais de trabalho honesto e órgãos Informação por minorias partidárias apenas interessadas manipular povo português para nova ditadura. Estamos solidários convosco e continuamos acreditar honesta informação transmitida pelo vosso jornal. a) Secção do Partido Socialista da Régua».

De Fafe: «Sem Rego e Vitor Direito suspendo minha assinatura. Não do assalto à liberdade. a) Francisco Alves».

Do Porto: «Suspendo minha assinatura até esclarecimento factos noticiados Imprensa. a) Octávio Abrunhosa».

De Viana do Castelo: «Leitor assíduo República solidário vosso uta repudia atitudes reaccionárias contra Direcção e Redacção. a) Aloriso».

Do Porto: «Total repúdio por ocupação vosso jornal exijo Imprensa livre. a) o leitor José Pinto Lourenço».

De Lisboa: «Sou leitor República quero Raúl Rego director. a) Manuel Faria».

Do Porto: «Solicito imediata suspensão minha assinatura. O

jornal é do povo não trabalhadores. Em horas difíceis foi o povo ofereceu rotativa com grandes sacrifícios. a) Rui de Sousa Lemmos».

De S. Mamede de Infesta: «Indignado gravíssima manobra antidemocrática suspendo até nota ordem minha assinatura jornal. Apoio incondicionalmente Raúl Rego e todo corpo redactorial. a) Fernando Sertot Barbosa».

De Cinfaes: «Estamos solidários vosso causa Raúl Rego por um Imprensa livre. a) Simpatizantes República Cinfaes».

Da Lourinhã: «Secção Partido Socialista Lourinhã apota Direcção e Redacção República contra manobras manipuladoras livre informação. a) Secretariado».

Caldas de S. Jorge: «Considero cancelada assinatura jornal durante afastamento legítima direcção. a) José Marques Pinto Silva».

Do Porto: «Grupo Trabalhadores Sociedade Produtora Leveduras Seleccionadas Matosinhos repudiam ocupação jornal República vil tentativa fazer calar único jornal diário livre. Exigimos rápida libertação Raúl Rego Vitor Direito».

De Braga: «Centenas trabalhadores da Grundig assíduos leitores vosso jornal apoiam incondicionalmente direcção dr. Raúl Rego».

De Lisboa: «Os trabalhadores U. N. I. V. A. C. leitores jornal livre República lamentam e repudiam manobras antidemocráticas: consequências imprevisíveis. a) P. S. Cantanhede».

«Continuaremos a reproduzir nos próximos números do «Jornal do caso REPÚBLICA» os inúmeros telegramas de apoio que diariamente vimos a receber e que agradecemos, sensibilizados pela certeza de que a luta que travamos expressa, a firme determinação da esmagadora maioria do povo português».

Solidariedade internacional

O Partido Comunista e o Partido Socialista Italianos promoveram, conjuntamente, uma manifestação que reuniu milhares de pessoas em Roma, apoiando a luta dos jornalistas da «República» em favor de uma efectiva liberdade de expressão.

Por seu turno, o Partido Socialista Francês fez deslocar a Lisboa uma delegação, que pessoalmente nos expressou incondicional solidariedade.

MARX, SIM MARQUES, NÃO

Vale aos aventureiros de hoje o facto de invocarem mortos ilustres que se não podem defender, para, em seu nome, se lançarem em projectos que os ultrapassam, o que não seria grave se não arrastassem consigo trabalhadores honestos que querem a revolução e o socialismo.

A ignorância, a mediocridade e a falta de clareza programática de certos «profetas» da Revolução causam os maiores transtornos ao desenrolar do processo; tem como a falta de compreensão dos princípios expressos pelo seu condutor natural — o MFA.

Não admira, portanto, que nos momentos difíceis nos toque pela porta um Marques em vez de um Marx...

ALVARO GUERRA

JAMES BOND CONTRA A "REPÚBLICA"

Transcrevemos, sem comentários, o relato de «O Comércio do Porto» sobre as dificuldades de acesso do repórter à conferência de imprensa concedida pela dita Comissão Coordenadora de Trabalhadores, em 26/5/75.

«Uma simples conferência de imprensa fez o repórter de «O Comércio do Porto» interpretar autêntico papel de agente secreto ao serviço de uma qualquer organização de espionagem, à boa maneira das fitas americanas de que a nossa T. V. sempre foi pródiga. O caso assemelha-se de grande estranheza e o leitor mais apressado poderá pensar que nos aventuramos em qualquer reportagem sobre o «E.L.P.» ou outro qualquer movimento reacçãoário. Nada disso. Tudo se passou em Lisboa e não corremos o menor risco. Mas vamos ao que importa.

Um telefonema pôs a nossa Redacção a par de que, pelas 18 horas de ontem, os trabalhado-

res do jornal «República» dariam uma conferência de imprensa num snack-bar da Rua de Moraes Soares. O número da porta do estabelecimento comercial era o 127. Pois bem, dirigimo-nos para o local, onde chegámos à hora marcada. Descobrimos o «snack» entrámos, mas nada vimos. Nova o'hadela, e já iam a sair (ludibriados) quando reparámos em três circunspectos sujeitos que, sentados a uma mesa, tinham um pequeno papel a identificá-los: dizia a folha quadriculada, muito simplesmente, «República».

Cá para o nosso «mini-computador» fornecemos o programa, mas a resposta foi nula — não havia quaisquer dados sobre os três senhores.

Artriscámo-nos no diálogo. E logo nos pediram a «senha» (no momento o cartão profissional do Sindicato contentou-os) Apontaram o nome e o jornal e, quando julgávamos nos iriam indicar qualquer recanto da sala, ou mesmo a cave, os nossos

«agentes de ligação» entregaram-nos um papelinho dobrado em quatro e disseram: «Está aí escrito o local da conferência».

E lá nos fomos porta-fora, só abrindo o papelinho na rua (isto de ser espião, às vezes, sai muito caro...), não fossem os mirões pensar que conspirávamos em nova intenção. Restaurante «O Cravo Vermelho», Rua da Penha de França, junto à Escola D. Luís de Gusmão — dizia em letra de máquina o pequeno escrito.

Decididos a não abandonar a «farsa» («sabe-se — haviam dito — isto é por questão de segurança») lá subimos à Penha e atingimos o local indicado. Ai o «filme» continuou, pois logo topámos cerca de meia-dúzia de novos «agentes da segurança» que, mal disfarçadamente, vigiavam. A porta do referido restaurante novo «agentes» exigiu a «senha» e só então, (finalmente), nos achámos frente ao que presumi serem os interlocutores, o «objectivo da missão».

A PASSAGEM DE "BELO" MARQUES PELA EMISSORA NACIONAL

O núcleo da Emissora Nacional do P. S. emitiu um comunicado sobre o caso «República», em que depois de sublinhar que «o assalto aos órgãos de informação tem vindo a assumir proporções cada vez maiores», pelo que «a liberdade de imprensa se encontra ameaçada no nosso País», afirmou:

«O povo português habituado durante os anos do fascismo a uma informação desonesta, monótona, manipulada e obscurantista, assiste com espanto e indignação à escalada de grupos interessados em impor novas cen-

saras e em estabelecer uma política de desinformação, para servir, uma vez mais, intentos ditatoriais.»

A «República» que soube ser a única voz a opor-se ao controle fascista da informação, soube também manter-se agora fiel aos seus ideais democráticos e socialistas e ser uma voz independente e livre.

Por isso se tornou um alvo a abater. Era preciso calar a voz da «República» e foi isso que os novos censores, aliados aos oportunistas e aos hesitantes, tentaram fazer no dia 19.»

Depois de focar a firme atitude adoptada naquele dia pela direcção, redacção e leitores do jornal, o comunicado diz que a mesma constituiu um exemplo para todos os que lutam por uma Informação realmente ao serviço do povo, para acrescentar, desmascarando o processo «esentos» do sr. Belo Marques noutros locais por onde passou:

«O conflito agora surgido no «República» não é um conflito laboral mas sim um conflito de características políticas.

De facto, como aceitar que esse conflito é um conflito de trabalho quando, entre os vários motivos que denunciam claramente tratar-se de uma manobra política vamos encontrar trabalhadores como o sr. Alvaro Belo Marques? Alvaro «Belo» Marques é como quem diz. O cavalheiro dá de facto pelo nome de Alvaro José Fernandes Marques.

Efectivamente, o sr. Marques em 8 meses de permanência na E. N. recebeu mais de 110 contos por algumas obras (poucas) e promessas (muitas), umas e outras em regime de part-time. Também por cá o Alvaro Marques utilizou a demissão como medida coerciva para fazer aprovar a sua própria nomeação. Como curiosidade assinala-se o facto de o sr. Marques pretender ocupar o lugar de Director de Programas entretanto entregue, pelo então Ministro da Comunicação Social, Raúl Rego, ao jor-

nalista Jaime Gama. O estratagemma não surtiu efeito e o sr. Marques regressou. Regressou não sem que antes tivesse enviado a Raúl Rego uma carta cujos termos nos abstemos de comentar.

Fácil é, portanto, verificar que o conflito, obviamente político, agora surgido, já vem de longe. Aliás a passagem do sr. Marques pela Emissora ficou assinalada pelo início das divisões entre trabalhadores lançados uns contra os outros por decisões mais ou menos arbitrárias tomadas nas suas costas pelo «revolucionário» Alvaro. Mais concretamente, ficamos-lhe a «dever», ficou-lhe o povo português a «dever», todo o atraso verificado na reestruturação dos serviços, atraso que se reflecte numa certa incapacidade de resposta — agora prestes a ser debelada pela actualização firme e esforçada da actual Direcção — às solicitações do processo revolucionário.

Merecerá a pena ainda falar na viagem que o «trabalhador» Alvaro Belo Marques fez a Dublin, a expensas do povo português, e cujos resultados ainda hoje se desconhecem? Cremos que não, até porque consideramos que indivíduos deste calibre não merecem que se lhes dê qualquer importância, uma vez que são simples instrumentos ao serviço de interesses pouco claros, mas claramente políticos. Evidentemente, que o problema da «República» nada tem a ver com o referido Marques cujo oportunismo nos limitámos aqui a denunciar com a mesma facilidade com que ele venderia à Emissora um lote de vintinhas G. E.»

A terminar, o comunicado do núcleo do P. S. da Emissora Nacional afirma a sua solidariedade à direcção e redacção do «República» e os mesmos ideais de luta por uma Informação livre, pluralista, independente, crítica e vincadamente progressista, luta que «não é só nossa, mas de todos os trabalhadores da E. N. e do povo português.»



Casa fechada, polícia à porta — eis a situação que estamos firmemente empenhados em modificar, na aplicação revolucionária das leis revolucionárias.

uma aliança oportuna e original

Um dos problemas que os trabalhadores da «República» consideravam de grande preocupação para a vida futura do jornal consistia no facto de nos Serviços Comerciais existirem dois indivíduos com cargos semelhantes.

Um era aquele que surgiu como director-interino do jornal na edição clandestina de 19 de Maio, o tal Sr. Marques; o outro era o Sr. Delmar, homem que foi contratado para substituir o anterior, quando da entrada daquela para a Emissora Nacional.

Posteriormente, o regresso do Marques ao «República» pôs em questão o prosseguimento da presença do Delmar nos quadros da empresa, dado que — segundo o ponto de vista dos trabalhadores — não se explicava o pagamento de dois ordenados (chordos) a dois elementos que exerciam a mesma actividade, facto que onerava substancialmente as despesas regulares da empresa.

Contudo, ao oportunismo de um juntou-se rapidamente o do ou-

tro, logo que um grupo de trabalhadores lhes proporcionou a hipótese de aproveitamento de uma crise latente para o conhecido golpe-de-mão.

E hoje, Marques e Delmar surgem como cabeças importantes de uma processo que soberam aproveitar como arauto da defesa dos trabalhadores, sem del-

xaram de ter, evidentemente, os olhos bem postos na defesa intransigente dos altos interesses das respectivas carteiras.

Os trabalhadores do «República» (todos) sabem quantas dezenas de milhares de escudos significam os «interesses» que levaram a tão oportuna e original aliança...

A SOLIDARIEDADE

De Espanha, na clandestinidade, chegamos a expressão de solidariedade do órgão do Partido Socialista Obrero Espanhol. É o que segue. «Querido amigo e companheiro Raúl Rego: «Transmitimo-te por este meio o voto que todos os colaboradores de «El Socialista» aprovaram: «República é para todos os socialistas e, por consequência, para todos os homens livres do mundo e, em particular, em Espanha, um símbolo de resistência e de liberdade. «O Socialista, órgão de informação do P. S. O. E., sua redacção e direcção, na clandestinidade e na

luta contra o fascismo e o obscurantismo: Condena a escalada de intransigência e sectarismo de algumas minorias que a obrigaram a fechar, na altura em que celebrava os seus 64 anos, o jornal que com mais valor e prestígio lutou contra o regime fascista, sem tréguas. Exprime, por isso, o seu total apoio e solidariedade ao companheiro Raúl Rego, director de «República», à sua redacção e administração, na luta que levam a cabo em prol da liberdade de informação e de expressão em Portugal. Com o abraço fraternal e socialista El Socialista.»

INTERESSES MINORITÁRIOS PRETENDEM SILENCIAR AS VOZES LIVRES DESTES PAÍSES

— afirmou o nosso camarada Álvaro Guerra no comício do Pavilhão dos Desportos

Reproduz-se seguidamente, na íntegra, a intervenção do nosso camarada Álvaro Guerra durante o comício que fez ultrapassar largamente a capacidade do Pavilhão dos Desportos no passado sábado, subordinado ao tema «Pela liberdade de expressão»:

«Camaradas,

«Somos dois milhões e meio de cidadãos, queremos o socialismo e queremos a liberdade. E temos que pedir licença!...

«Mas não basta, actualmente, a expressão da nossa vontade, a expressão da vontade da maioria, para construímos em Portugal o socialismo e assegurarmos a liberdade.

«Só a coragem e a firme determinação de todos nós, postas à prova todos os dias, poderão salvar a libertação prometida em 25 de Abril.

«Interesses de minorias, ocultas sob uma capa falsamente revolucionária, pretendem silenciar as vozes livres deste país, aquelas que mais clamaram pela liberdade quando o fascismo esmagava a dignidade do nosso povo.

«E é usando abusivamente o nome do nosso povo que procuram novamente reduzi-lo ao silêncio, para o colocar ao serviço de uma verdade única, de um partido único!

«Aquêles que se batem na defesa da liberdade conquistada são diariamente insultados em jornais feitos com o dinheiro do povo!

«E o povo já disse claramente que quer o socialismo e quer a liberdade!



Liberdade de expressão: tema para um Pavilhão dos Desportos a abarrotar

«Nenhuma revolução se pode fazer contra a vontade popular. Por isso, invoco daqui a pureza da Revolução de Abril. Grito o meu apelo desesperado aos responsáveis do MFA para que nos ajudem a salvar a liberdade. Porque salvar a liberdade é salvar o socialismo.

«Não é possível que o nosso grito não seja ouvido. Não é possível que ele não seja compreendido.

«Será possível, camaradas, que se leve tão longe o assalto à informação? Que se queira calar a voz da «República» (que resistiu a Salazar e Marcelo Caetano) com o maior desprezo pela luta libertadora que sempre manteve pela libertação do nosso povo?

«Os oportunistas e demagogos que a quiseram roubar esqueceram a força da nossa razão e da nossa vontade, esqueceram a coragem generosa daqueles que,

com armas desiguais, combateram intrinsecamente o fascismo e ajudaram a derrubá-lo!

«O risco que corremos de ver caladas as nossas vozes livres vêm também do facto de recusarmos os métodos pidescos que contra nós são usados. Sofremos terrivelmente os efeitos de sermos pessoas honestas empenhadas em alcançar pacificamente o socialismo, respeitando integralmente a dignidade e os direitos do homem.

«Acusados, durante o fascismo, de atacarmos a verdade única e o partido único, somos agora caluniados, vilipendiados, insultados por recusarmos a verdade única, a informação única, o partido único.

«Imprensa tem que se cumprir, que poderosa força se ergue contra os mais altos órgãos da autoridade deste país?

«Apenas esta: a teimosia sem escrúpulos de céluas minoritárias que minam implacavelmente o nosso futuro, o terrorismo, a chantagem, a intriga, daqueles que preferem a sombra uniforme da infalibilidade à luz clara a que nós queremos mostrar a verdade dos factos e a pureza das ideias.

«Se a verdade é revolucionária — e nós sabemos que é — quem tem medo da verdade? Só há uma resposta possível: são os falsos revolucionários.

«Mas se eles pensam que nos vamos render estão muito enganados! Os jornalistas da «República» já mostraram que são capazes de defender, perante o pior dos riscos, duas verdades fundamentais: que uma revolução não se faz sem liberdade de expressão do pensamento e que não têm alma de lacaios!

«Se o fascismo não nos calou, o povo não pode ser gasto na propaganda de um partido minoritário!

«Nós não queremos o exclusivo da Revolução. Mas exigimos o nosso lugar na Revolução!

«Daqui apelo solenemente para os meus camaradas, para os meus amigos do Conselho da Revolução, para os soldados generosos que saíram à rua numa madrugada de Abril para mudar o mundo, daqui apelo — com a sinceridade e a força da minha participação — para que se não dexem tentar definitivamente pelas falsas profecias de pseudo-revolucionários que põem em risco a independência nacional.

«EXIGIMOS O NOSSO LUGAR NA REVOLUÇÃO»

«Camaradas,

«Os 350 000 contos que fazem andar as rotativas de onde saem as calúnias e os insultos são dinheiro do povo! E o dinheiro do povo não pode ser gasto na propaganda de um partido minoritário!

«Nós não queremos o exclusivo da Revolução. Mas exigimos o nosso lugar na Revolução!

«Daqui apelo solenemente para os meus camaradas, para os meus amigos do Conselho da Revolução, para os soldados generosos que saíram à rua numa madrugada de Abril para mudar o mundo, daqui apelo — com a sinceridade e a força da minha participação — para que se não dexem tentar definitivamente pelas falsas profecias de pseudo-revolucionários que põem em risco a independência nacional.

«Camaradas,

«Quando o Governo, pela palavra do ministro da Comunicação Social, e do Conselho da Revolução, pela palavra dos seus comunicados, afirmam que a Lei de

«Se a televisão, a rádio, os jornais forem iguais e passarem a papaguear as mesmas receitas infalíveis, desprezando a vontade popular, encontrar-nos-emos novamente num país de prisioneiros. E, camaradas, quem libertou o nosso país não o fez para o mudar de prisão.

«Gritemos, portanto, bem alto, para que se oia também em Belém e em S. Bento:

Viva a Liberdade! Viva o socialismo! Viva Portugal!

As declarações de Salgado Zenha

(Continuado da primeira página)

ca para os outros», o dr. Salgado Zenha fez uma breve análise ao processo do «Diário de Notícias». «Com José Ribeiro dos Santos toda a lá podiam escrever» — disse — e todas as correntes políticas podiam expressar-se; assim, o nível do jornal era muito elevado. Hoje em dia, se nós quisermos ter uma má disposição, basta ler o «Diário de Notícias» depois do pequeno almoço». E mais adiante: «Ribeiro dos Santos cometeu o crime de ter sustentado em editorial que a pena de morte não devia ser restabelecida em Portugal. Esse artigo foi considerado reacccionário. Ora todos se lembram que nessa altura o próprio Conselho da Revolução deliberou que a pena de morte não seria restabelecida em Portugal. Isto significa, segundo esse ponto de vista, que o Conselho da Revolução também é reacccionário... Mas é preciso que se diga que esse ponto de vista não é reacccionário!».

«Na realidade» — acrescentou — «o que se pretendia era que durante a campanha eleitoral não houvesse nenhuma voz fora do cêro, ou que os órgãos de informação mais importantes estivessem nas mãos daqueles partidos que se consideravam e se intitulavam como representantes do Povo português. Esse foi o verdadeiro objectivo da operação anti-socialista!».

Depois de salientar a importância das eleições livres para a Assembleia Constituinte, o ministro da

Justiça sustentou que «são nitidamente contrários ao ideário do Movimento das Forças Armadas e contrários ao Pacto que subcreveram» os pontos de vista anti-eleitorais defendidos por alguns partidos políticos.

«O seu objectivo» — precisou — «agora, ao tentarem amordacar a República, dentro de uma política de «amplas liberdades» (para eles) e de mordacões (para os socialistas), e inutilizar a própria Assembleia Constituinte. Como os camaradas sabem, nós tivemos na Assembleia Nacional fascista um grupo de pagagalos a que ninguém dava importância. O que se pretende agora é que a Assembleia Constituinte seja um grupo de canários dentro de gaiola, que chilreie, mas de modo a que o País os não possa ouvir. Porque — e a verdade trágica e dramática é esta — é que quando a Assembleia Constituinte reunir, nós teremos relatos mais fiéis sobre aquilo que se passar em Portugal, através da BBC do que através de «O Século» ou «Diário de Notícias». Nós estamos já a chegar a uma fase em que, para sermos informados dos problemas da descolonização temos que comprar jornais estrangeiros ou ouvir a BBC. Isto tem um grande significado!».

E depois: «Prestem atenção e verão que assim é e assim será. Foi para inutilizar o trabalho da Assembleia Constituinte, foi para destruir o Programa do Movimento das Forças Armadas, foi para mais uma vez se dar um passo de «salta-pocinhas» ignorando o Pacto celebrado com o M. F. A., que se quis

amordacar a «República». Isto para que a Assembleia Constituinte faça os seus trabalhos num país onde todos os órgãos da Comunicação Social, ou a maior parte deles, digam o contrário daquilo que lá se passa na realidade.

E por isso que a batalha da «República» não é só uma batalha pela liberdade de Imprensa, pelo direito à informação. Porque o regime das liberdades públicas não é o monopólio ou propriedade exclusiva de qualquer classe portuguesa, seja ela qual for. As liberdades, o seu regime pertencem a todo o povo português. E à Assembleia Constituinte, é à Assembleia eleita pelo povo português que cumpre decidir qual é o regime das suas liberdades públicas.

O direito à informação, a liberdade de expressão destina-se ao leitor, destina-se ao povo português, é a este que cumpre regular e não a grupos auto-promovidos e portavozes exclusivos da consciência nacional. Esse é o significado político essencial da tentativa de querer amordacar, em primeiro lugar, o Diário de Notícias e, agora, a República».

«Não é possível representar o Povo português ignorando-se ou marginalizando-se o Partido Socialista» — disse Salgado Zenha no final da sua intervenção. — «Nós, o que dizemos a todos esses nossos camaradas, que nós desejamos que estejam ao nosso lado, em unidade numa luta comum, é que: Não manda quem quer, manda quem o Povo quiser» — concluiu.

AFINAL, NÃO SOU TRABALHADOR?

Pelos vistos, vou ter necessidade de me incompatibilizar definitivamente com meu pai. Nunca mais poderei perdoar-lhe o ter feito esforços para me matricular no Liceu. A partir daí cortou a única possibilidade que eu tinha, agora, de ser considerado trabalhador! Há um quarto de século que não faço outra coisa que não seja trabalhar, arduamente, em condições que são bem sabidas de todos os profissionais de imprensa e razoavelmente conhecidas do público em geral. Interrogo-me se terá valido a pena, uma vez que são aqueles a quem tomei por companheiros de luta que vêm dizer agora: — você não é trabalhador. As horas passadas ombro a ombro com tipógrafos, administrativos, arduas até, unidos na mesma tarefa de fazer jornais foram afinal baldadas. De quem é a culpa? Minha — que me mantenho igual ao que sempre fui — ou deles? A resposta já a dei a mim próprio. E confesso, cheguei a uma conclusão com mágoa, já que sou, por formação, incapaz de o fazer com ódio — esse mesmo mesquinho sentimento que acredito se agite no íntimo de todos os traidores. Mais triste fico por estar convencido de que não é com ódios — e seus derivados ou antecedentes — que se constrói um País novo. O tal País que todos sonhamos no 25 de Abril. Há um ano e um mês.

V. D.



João Gomes (e com ele milhares de democratas): «não à falsa informação!»

UMA PROFISSÃO FRONTALMENTE ULTRAJADA

Durante a conferência de imprensa que os jornalistas da «República» efectuaram, no dia 22 de Maio, na Casa da Imprensa, Torquato da Luz, redactor do «Diário de Lisboa», leu a seguinte declaração:

«Amigos:

Fala-vos um jornalista sem filiação partidária, que se orgulha de um passado de luta pelo direito à Informação.

O direito de informar e o direito de ser informado são duas faces de um mesmo direito fundamental do homem: o direito à informação, que pressupõe a liberdade de pensamento e de expressão.

A liberdade de expressão do pensamento é uma das manifestações essenciais da própria liberdade e condição fundamental da democracia.

A liberdade não é um valor abstracto, mas uma realidade que se constrói na socialização da vida económica e social.

É por isso que eu defendo que a liberdade de expressão do pensamento só poderá ser plenamente exercida no quadro de uma sociedade socialista.

Ora, não há liberdade sem pluralidade de orientações. Aquilo a que se assiste presentemente na generalidade dos jornais portugueses é a monopolização da informação por determinado partido e seus satélites, o que representa um regresso à censura.

Anteontem, num encontro dos jornalistas da «República» com camaradas de outros jornais, eu fui muito claro ao afirmar a minha solidariedade com a direcção e a redacção da «República». Não podia tomar outra atitude perante a ilegalidade de uma acção que, no fundo, visa à destruição da classe jornalística.

Que outra coisa se pode chamar ao facto de um determinado número de pessoas não-jornalistas lançar para a rua uma edição-pirata da «República», ostentando no cabeçalho, como Director, o nome de um individuo que nunca foi jornalista?

Se nos lembrarmos que essa pessoa procura substituir alguém com o nome de Raúl Régio, exemplo da resistência antifascista e querido amigo a quem desde sempre me habituei a admirar (mais se avoluma aos nossos olhos a monstruosidade da maquinação.

Mas não nos iludamos. Os agentes desta cabala não passam de simples peões de brega de um plano, infelizmente muito mais maquiavélico, que tem como fim último roubar ao povo português o direito à informação que lhe foi restituído em 25 de Abril.

O que está a passar-se na generalidade dos órgãos de Informação é extremamente

grave para poder ser escamoteado com palavras mansas. Só a verdade é revolucionária — e a verdade manda que se diga que alguns jornais são um permanente atentado à democracia, à liberdade e à Paz.

Ignora-se deliberadamente o direito à informação. Jornalistas que não pertençam a determinado grupo político e seus satélites são sistematicamente impedidos de escrever seja o que for.

No meu caso pessoal, devo referir que fui violentamente insultado e alvo das mais abjectas calúnias e das mais miseráveis infâmias, no próprio local de trabalho, depois

de ter escrito um artigo em que defendia a necessidade de eleições para as autarquias locais. Fui atacado, portanto, porque defendia a institucionalização de autênticas formas de convivência democrática no seio do povo português.

Fui atacado, portanto, porque defendia a democracia. Já o fora antes do 25 de Abril de 1974 — não o esperava agora.

Cs que lutámos durante anos, contra a censura fascista, não podemos aceitar agora novos censores. Lutaremos, se preciso for, até ao fim.

Não percamos, no entanto, a esperança. O destino é sempre amável para os esforços honestos e as causas justas

vencem sempre. Os jornalistas da «República» triunfaram. Admitir outra coisa é não acreditar no futuro.

E o futuro português há-de ser o de uma sociedade no pleno uso dos direitos que internacionalmente, em todo o mundo verdadeiramente livre, são considerados essenciais à dignidade humana.

Acredito firmemente que encontraremos formas de fazer respeitar, a todos os níveis, a vontade que exprimimos nas urnas em 25 de Abril último.

Estamos todos fartos de ser governados por minorias, contra a vontade da maioria. A minoria não passará. Viva o Direito à Informação!»

A DEMAGOGIA E O RIDÍCULO DAS "DURAS CONDIÇÕES DE CLANDESTINIDADE"

Em comunicado parcialmente divulgado pelos matutinos do dia 26, a Comissão de Trabalhadores da «República» ataca o Partido Socialista.

Não compete aos jornalistas da

«República» responder ou comentar esse ataque. No entanto, há, no comunicado, afirmações gravíssimas que envolvem a Redacção e a Direcção do jornal, no medida em que deformam totalmente a realidade

de e contém falsidades que nos compete desmascarar.

Afirmam os autores do comunicado em questão:

«Os trabalhadores do jornal «República», que têm reunido em duras condições de clandestinidade, encetaram uma luta contra a «ditadura de compadres» que ameaça a informação em Portugal.

«Defendemos assim a liberdade de expressão dos trabalhadores portugueses e não a liberdade dos patrões.»

Os prolíferos autores do comunicado devem estar a atingir o limite da sua capacidade de produção de verbalismo demagógico.

Será possível que, querendo — como têm dito — restituir a «República» ao povo e defender os interesses dos trabalhadores, tenham de reunir-se em duras condições de clandestinidade — aqueles que se dizem legítimos intérpretes da vontade popular? De resto, é totalmente ridículo falar de «duras condições de clandestinidade» na actual situação da liberdade que se vive em Portugal!

Se a «República» representa uma «ditadura de compadres» que ameaça a informação em Portugal, que representarão os meios de informação que se empenham numa campanha pública contra a liberdade de expressão, consagrada pela legalidade revolucionária?

Por outro lado, opor-se — no caso da «República» — a liberdade de expressão dos trabalhadores à

liberdade de expressão dos patrões, é pura demagogia.

A «República» tem mais de 3000 accionistas que nunca receberam um centavo de dividendos. «República» tinha, ao momento do seu encerramento, mais de 100.000 leitores. Pois bem, os produtores de comunicados e autores do golpe de mão do dia 19 ignoraram totalmente a vontade de todas essas pessoas para restituírem a «República» ao povo. Que povo? Não será, por acaso, povo quem lê a «República»?

Será a liberdade de expressão uma conquista do 25 de Abril ou um meio de opressão dos trabalhadores? A simples formulação da pergunta revela o absurdo da questão.

Os ataques feitos por um grupo à orientação de um jornal que sempre tem defendido os interesses dos trabalhadores, a liberdade, o socialismo e as conquistas revolucionárias do movimento iniciado em 25 de Abril, no pleno respeito pelos Direitos do Homem, esses ataques não se identificam com os interesses do povo português, que quer o diálogo e vozes livres, incompatíveis com o monopolismo das verdades únicas que lhe procura impor uma minoria que não oha a meios para colher os frutos generosamente entregues ao povo em 25 de Abril de 1974.

Os destinos da classe trabalhadora não podem ser entregues nas mãos de minorias iluminadas e providenciais.

REVOLUÇÃO É FRATERNIDADE

Revolução é fraternidade. E fraterna a nossa comecção. Foi Revolução. No 1.º de Maio de 1974 os olhos portugueses choraram alegria. Um ano depois, instalada gradualmente uma atmosfera de intolerâncias e acirramentos, que longe estamos desses choros do júbilo!

Um intelectual, seja qual for a sua filiação partidária, ou mesmo não tendo nenhuma, não pode ser indiferente às ofensas à liberdade de expressão, que tem na imprensa um dos sinais decisivos. Não o foi Marx, de quem os seus biógrafos dizem que, tanto nos escritos como nas atitudes, investiu «pela liberdade de imprensa com uma lança tão brilhante e afiada como ninguém investira ou voltará a investir».

Não é apenas a República, combatente quase isolado de tantos decénios, que está em causa. É toda uma opção no nosso modo de construir o socialismo. Sobre feridas e ralvas, ou em exaltante solidariedade.

FERNANDO NAMORA

ETAPAS DO ASSALTO AO JORNAL «REPÚBLICA»

Continuação da primeira página

do, o Conselho de Redacção pretendia a admissão de seis jornalistas, atitude a que os gráficos reagiram dizendo que nas entradas estavam congeladas. Para não precipitar a crise, o Conselho da Redacção aceitou reduzir as admissões a três e agendar a próxima R.G.T.

Quando em 2.º Maio dois daqueles três redactores apareceram ao trabalho, o sector gráfico fez a Redacção o seguinte ultimato: «Os jornalistas admitidos saem dentro de dez minutos ou nós encerramos-nos de fazer sózinhos o jornal». Perante a gravidade da situação, a Redacção convocou imediatamente uma R.G.T. Inicialmente, o sector gráfico não aderiu ao plenário e continuou, unilateralmente, a fazer o jornal. Mais tarde, no entanto, veio a participar na R.G.T. Deste encontro, saíram as seguintes conclusões: dissolução do Conselho do Jornal (comissão de trabalhadores) e sua substituição por uma Comissão Coordenadora de Trabalhadores, que integraria representantes de todas as secções na base de 1 por 15 empregados, com «plenos poderes para dialogar com a actual direcção e administração» até à próxima Reunião Geral de Trabalhadores; não publicação do jornal feito, unilateralmente, pelo sector gráfico; e não admissão dos dois redactores até que, em próxima R.G.T., se definissem os critérios de admissão de pessoal.

Diálogo interrompido

Num primeiro tempo, a C.C. de Trabalhadores definiu os objectivos do seu trabalho e chegou a conclusões sobre aquilo a que entendeu chamar «jornal partidário». Tudo isto foi objecto imediato dum diálogo com a Direcção e a Administração que aceitaram em princípio os pontos de vista da Comissão.

Na noite de 15 de Maio, a Comissão prosseguiu os seus trabalhos, estando na ordem do dia o debate sobre o controlo de disciplina e reestruturação do jornal bem como o estudo para uma maior expansão do «República».

Entretanto, um ponto prévio veio alterar a agenda prevista: o pedido de demissão do director comercial, Alvaro Belo Marques. Do debate feito à volta do caso, concluiu a Comissão que se deveria insistir para que aquele director permanecesse na empresa e que se pedisse à Direcção para se afastar, dada a orientação partidária que imprimia ao jornal. Tais conclusões deveriam ser apresentadas, em termos de proposta, na R.G.T., a realizar no dia 19 às 20 horas, para deliberação.

Aconteceu, porém, que, na manhã do dia 19, a Comissão Coordenadora de Trabalhadores, sem explicar porque não esperava pela R.G.T. dessa noite, como se previa, convocou a Direcção e Chefia da Redacção para convidá-las a apresentarem a sua demissão.

Face à negativa por parte da Direcção, que, apoiada na Lei de Imprensa e na exorbitância dos poderes conferidos considerava ilegal o procedimento da dita Comissão, foi por esta decidido preparar o jornal do dia, caso a Redacção se negasse a fazê-lo.

Por seu lado, a Redacção manifestava a sua solidariedade com a Direcção por esmagadora maioria de votos (22 a favor e 2 contra). Entretanto, declarou-se pronta a redigir o jornal, desde que lhe fosse permitida a publicação dum comunicado informando os leitores das circunstâncias em que o jornal daquele dia era feito.

Perante isto, a C.C. de Trabalhadores decidiu recusar a publicação do dito comunicado e elaborar ela própria o jornal que viria a sair sob a direcção do director-comercial Alvaro Belo Marques, na qualidade de director-interino.

Uma hora após esta decisão, a Direcção era informada da sua demissão, em documento subscripto por 93 trabalhadores da empresa.

Sequestro e ameaças

Um ambiente carregado de ameaças instalou-se, a partir do meio da manhã do dia 19 de Maio, na Redacção do jornal «República». Os trabalhadores deste sector, «convidados» a abandonar o jornal, decidiram resistir e permanecer no seu local de trabalho. A parte que defendia o afastamento da direcção montou piquetes junto às saídas do edifício, vedou o acesso dos redactores a quaisquer outras secções, nomeadamente à «casa de banho», apossou-se dos telefones, impediu que o contínuo da Redacção fosse buscar comida e cigarros... «Quem sair já não entra» — disseram a dois jornalistas que pretendiam deslocar-se ao exterior.

No entanto, depois do meio-dia, já foi permitido aos jornalistas deslocarem-se às instalações sanitárias, e, mais tarde, o contínuo da Redacção era autorizado a ir buscar «sandes» e cigarros ao café da esquina.

Entretanto, os jornalistas conseguiram fazer chegar ao exterior os dois comunicados que destacamos noutro local.

Por outro lado, os contactos dos jornalistas com o exterior faziam-se apenas através de um telefone directo instalado no gabinete do director, Raul Régio, já que o P.B.X. estava ocupado por uma «funcionária» que escutava as conversas. A telefonista oficial, a camarada Irene, tinha sido convidada, no sábado, a folgar precisamente na segunda-feira. Aconteceu, a propósito, que, cerca das 11 e 50, o jornalista Nuno Coutinho pediu uma chamada para a mulher a quem disse que não iria almoçar a casa uma vez que, se saísse do jornal, não lhe seria permitida a reentrada. A chamada telefónica foi escutada e, cerca de três minutos depois, aquele «nosso» camarada

foi chamado à Comissão de Trabalhadores que o acusou de ter dito à mulher que «estava preso» e de lhe ter pedido para telefonar para a R.T.P. a pedir que «enviassem equipas de reportagem para o jornal».

Desfeito o equívoco provocado por uma escuta telefónica, que a má-fé da «pide» de serviço ao P.B.X. deturpou, o nosso camarada verberou veementemente a comissão por ter impedido anteriormente a entrada de umas simples «sandes» na Redacção, atitude que foi tida em consideração e levou à revogação daquela inqualificável tomada de posição.

A meio da tarde, enquanto no exterior se começavam a juntar dezenas de pessoas, na Redacção da «República» alguns dissidentes começavam a passear matraca e barras de ferro, ameaçando os jornalistas e criando um ambiente escaldante, por vezes de cortar a face.

O COPCON na «República»

As 19 e 30, oficiais do COPCON e da PM entram nas instalações da «República». Seguem-se forças destas unidades que vão manter a segurança interna do edifício, que, entretanto, se encontra guardado no exterior por enorme aparato militar e policial. Na rua, os manifestantes apoiam a luta dos trabalhadores da Redacção. São já muitas centenas.

Cerca das 20 hrs, o chefe de redacção da «República», João Gomes, surge à janela do gabinete do director e dirige-se à multidão: «Não sairemos daqui. A luta continuará até à nossa vitória. Os leitores da «República» terão o seu jornal autêntico». Pouco depois, ante a impaciência dos manifestantes, Alvaro Guerra dirige-lhes a palavra, da mesma janela: «Qualquer que seja a solução que este caso tiver, ela terá de ser aprovada e apoiada por todos vocês, que são os leitores da «República».

Mais tarde, alguns dirigentes do P.S. aparecem em frente da «República». Por entre os aplausos da multidão, Mário Soares encaminha-se para a entrada do jornal. A porta permanece fechada (recorda-se que o secretário-geral do Partido Socialista é um dos 3000 accionistas da «República»). No interior, alguns alarmam-se. As forças militares não autorizam a entrada de Mário Soares.

A manifestação prossegue. Na redacção, um dos gráficos observa: «É o P.S. e não o povo» quem está lá fora. Enquanto na rua se grita «Morte à C.I.A. e ao K.G.B.», uma pedra estilhaça a vidraça da janela da secção de publicidade. Os manifestantes entoam «A Portuguesa».

Mais tarde, cinco blindados «Chaimites» postam-se junto ao edifício. Os populares perguntam: «De que lado está o M.F.A.?» Minutos depois, alguém arremessa uma lanterna contra uma das janelas, partindo o vidro. As palavras

de ordem sucedem-se: «Os soldados são filhos do povo»; «Nem Carlucci nem Cunha, independência nacional!»; «Socialistas fora da República»; «Socialismo sim, ditadura não»; «Fora de Jornal com os lacaios do Cunha!»; «Jornalistas à janela!». Este «logon», de resto, foi ouvido numerosas vezes, dado que os Trabalhadores da Redacção eram quase constantemente impedidos de assomar às janelas.

Mário Soares fala aos presentes, considerando a «República» uma voz independente que terá de continuar como «sempre foi» e «porventura das poucas vozes livres que ainda existem neste país». Declara: «Estamos aqui como patriotas, a defender a liberdade de expressão». Canta-se novamente o Hino Nacional.

Cerca das 22 horas, o dr. Mário Soares, acompanhado pelo major Lobato de Faria, do COPCON, procura uma vez mais entrar nas instalações do jornal pela porta das oficinas, o que lhe é impedido por vários trabalhadores. O secretário-geral do P.S. observa-lhes estarem a fazer «o jogo da reacção».

Entretanto, a equipa da R.T.P. que já enviara uma reportagem para os estúdios, tenta sem êxito abandonar a sede do jornal. No interior, aguarda-se a emissão da mesma reportagem. Gráficos, jornalistas e outros trabalhadores colocam-se diante de um receptor. Um elemento da tipografia e o director da «República» são entrevistados no pequeno «cêran».

Cerca das 20 horas, evidenciando os manifestantes certo clima emocional, o cordão militar disparou (para o ar) rajadas de «G-3», o que em alguns dos presentes motiva o pânico e em quase todos o acréscimo da excitação. Há atropelos.

Momentos depois, o major Lobato de Faria conferencia com a direcção e a administração. Cerca das 11 e 40, sai do gabinete de Raul Régio. É portador de um documento em que a administração pede a selagem do jornal no caso de não se obter o acordo das partes (transcrevemos adiante o texto integral do documento). A perspectiva do encerramento da «República» provoca grande alarme.

A meia-noite, Alvaro Guerra, fala a Inácio Teígão, do «Expresso», antigo jornalista da «República»: «Hoje, muitas de nós estamos aqui a ser acusados de coisas feias. Como sabes; como todos sabem, fomos sempre lutadores antifascistas que não vergamos a cerviz no tempo mais represivo do antigo regime! Só por termos, alguns de nós, uma opção partidária, que nada tem a ver com a de um outro partido minoritário na outra portuguesa, é que estamos a ser objecto desta escalada dilrigida, incontroveravelmente no intuito de colocar mais um jornal ao serviço do dito partido».

Já perto de uma hora de terça-feira, Mário Soares é de novo impedido de entrar na «República». Pouco depois, num gabinete anexo à redac-

ção, alguns membros da C.C.T. e o administrador-delegado, dr. Gustavo Soromenho, na presença do major Lobato de Faria, do chefe de redacção e de outros trabalhadores, procuram encetar conversações.

Fazem-se diligências para contactar o ministro da Comunicação Social. Consegue-se. Ele anuncia que segue para a «República» acompanhado do director-geral da Informação.

A chegada de Correia Jesuino

A chegada verifica-se pouco depois das 2 horas da madrugada. O ministro convoca uma reunião com o administrador-delegado, a direcção, a chefia da Redacção e a Comissão Coordenadora de Trabalhadores. As posições são expostas. O ministro declara-se abertamente pelo cumprimento da Lei de Imprensa. E sugere aos presentes que esqueçam o problema que os separa e preparem a edição do dia 2 de «República», sublinhando, no entanto, estar a referir-se à verdadeira «República» e não à edição saída a 19. A C.C.T. retira-se para deliberar e regressa, pouco depois, com uma negativa: não cedem nem um palmo nas suas posições.

O ministro considera não haver solução para o conflito. Novamente contactado, o COPCON afirma a necessidade de evacuação imediata das instalações do jornal.

As 6 horas da manhã, são seladas as portas da «República».

O primeiro Comunicado

As 11 horas, os jornalistas faziam chegar ao exterior o seguinte comunicado:

«Os jornalistas da «República» estão impedidos de exercer livremente a sua actividade.

Uma comissão de trabalhadores, exorbitando totalmente as funções para que foi eleita («dialogar com a administração e a direcção») está neste momento a pressionar a demissão da direcção e da chefia da Redacção.

Os jornalistas da «República» alertam a opinião pública para uma manobra que visa calar mais uma — e provavelmente a mais forte — das vozes livres deste país.

Sabem os jornalistas da «República» que este jornal pertence ao Povo Português, ao qual se dirige e cujos interesses defende, e particularmente aos seus cem mil leitores, que lhe asseguram as possibilidades materiais de sobrevivência. Por isso, «República» não é propriedade exclusiva dos seus trabalhadores, que têm de prestar, como todos os trabalhadores da Informação, um serviço público.

Os jornalistas da «República», que se encontram em reunião permanente na sede do jornal, mas ameaçados de expulsão do seu local de trabalho, opõem-se terminante-

Continua na página seguinte

ETAPAS DO ASSALTO AO JORNAL «REPÚBLICA»

Continuado da página anterior

mente ao afastamento compulsivo dos directores e da chefia da Redacção.

Os jornalistas da «República»

DESMENTIDO DO DR. GUSTAVO SOROMENHO

Na sequência da publicação em alguns órgãos de informação de afirmações incorrectas, relativas à posição do administrador-delegado do jornal «República», o dr. Gustavo Soromenho emitiu o seguinte desmentido:

«Em conferência da Imprensa da dita Comissão Coordenadora de Trabalhadores, afirma-se que, na minha qualidade de administrador-delegado da «República», não me teria oposto à demissão do dr. Raúl Rego, o que teria de ser considerado como facto consumado pela empresa proprietária, através do acordo do seu administrador-delegado.»

Os métodos pouco escrupulosos até agora utilizados por um grupo de trabalhadores — que estão, aliás, em sintonia com a manipulação da maioria dos trabalhadores que a eles aderiram — confirmam-se através de mais esta falsidade.

Opus-me sempre, com firmeza, à tentativa de afastamento da Direcção e da chefia da Redacção.

Esta posição revelou-se posteriormente coincidente com a dos corpos sociais da empresa que divulgaram, em 21 do corrente, o seguinte comunicado:

«SOLIDARIEDADE DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DE EDITORIAL, «REPÚBLICA» COM A DIRECÇÃO DO JORNAL.

«Em sessão conjunta da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Conselho Consultivo da Editoria República, SARL, como representantes legítimos dos accionistas da empresa, foi decidido tornar pública a solidariedade de todos os componentes daqueles órgãos sociais com os director e director-adjunto do jornal «República», respectivamente Raúl Rego e Vitor Direito.

«Entendem mais que esta solidariedade se fundamenta na total confiança que sempre depositaram naqueles dois jornalistas, a quem nomearam para o desempenho das funções referidas, nomeação essa que exclusivamente lhes compete nos termos da Lei da Imprensa actualmente em vigor. Reforçam a sua posição com a própria concordância que sabem existir por parte dos milhares de leitores do jornal que, sob a orientação daqueles, prossegue o caminho apontado pelos seus fundadores no sentido de defender intransigentemente, como sempre o tem feito, as liberdades do povo português. Esta solidariedade é extensiva ao chefe e ao sub-chefe da Redacção, aos redactores e ao administrador-delegado, dr. Gustavo Soromenho, que imediatamente se colocaram ao lado dos director e director-adjunto contra quem abusivamente os quis demitir.

Lisboa, 21 de Maio de 1975.

ca» reiterar a sua solidariedade aos camaradas em risco de serem compulsivamente afastados, nomeadamente Raúl Rego, incontestável figura de resistente e lutador anti-fascista, que acaba de ser eleito deputado à Assembleia Constituinte e a quem o 25 de Abril tanto deve.

Os jornalistas da «República» estão impedidos de dar conta aos seus leitores, nas colunas do seu jornal, do que se está a passar. Só os seus leitores, que tantas provas têm dado da sua solidariedade conosco, nos poderão ajudar, por forma a restituir a «República» a liberdade de expressão que tão arduamente conquistou.

Por uma «República» livre.

A REDACÇÃO

Nota: A solidariedade da Redacção com a Direcção manifestou-se por 22 votos contra 2, não havendo abstenções.

Entretanto, foram formados piquetes à porta exterior do edifício, ao lado da Rua da Misericórdia, com ordem de

não deixar reentrar os jornalistas que pretendam sair.

O segundo Comunicado

Entretanto, às 12 e 50, a Redacção tornava público, telefonicamente, o segundo comunicado, do seguinte teor:

«As 11,40, foi entregue, ao director da «República» um comunicado cujo teor é o seguinte:

«A Comissão Coordenadora de Trabalhadores do jornal «República» comunica que, de acordo com o estabelecido na Reunião Geral de Trabalhadores de 2 de Maio e baseando-se nos plenos poderes que lhe foram confiados, e apoiados pelas listas de assinaturas anexas, suspendeu do exercício das suas funções a direcção e a chefia da Redacção do mesmo jornal, elegendo, como director interino, o camarada Álvaro Belo Marques.»

(Assinam 93 dos: cerca de 200 trabalhadores da «República».)

A Redacção mantém-se reunida no local de trabalho e não reconhece, sob nenhuma forma, a legitimidade de tal decisão. A comissão referida — na qual,

agora, não está representada a Redacção — recebeu poderes duma R.G.T. apenas para «dialogar com a direcção e a administração», conforme se demonstra pela moção que reproduzimos (aprovada em RGT de 2 de Maio):

«Propõe-se a votação imediata de uma Comissão Coordenadora dos Trabalhadores que assumam plenos poderes para dialogar com a actual Administração e Direcção, até a próxima RGT que será em breve marcada pelo quadro gráfico de acordo com outros sectores do jornal.»

Os jornalistas da «República», ao emitirem este comunicado, estão impedidos de receber, do exterior, comida e cigarros. Anteriormente, tinham já sido cereçados na sua liberdade ao ser informados de que «se saírem, já não entram».

Entretanto, está a ser feita, por uma equipa cuja constituição desconhecemos, uma edição de «República» com a qual a Direcção e a Redacção nada têm a ver.

SALVEM A LIBERDADE DE EXPRESSÃO DA «REPÚBLICA»! VIVA A «REPÚBLICA» LIVRE!

A Redacção

NOTA: As 12,45, foi-nos comu-

nificado que já podíamos mandar buscar comida e cigarros.»

O requerimento da selagem

Texto do documento em que a administração de «República» requereu ao brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho a selagem das instalações:

«Os administradores da Editorial República, SARL, abaixo assinados, face à gravidade da situação criada pela abusiva e ilegal publicação de um número do jornal «República», de hoje, aparecendo como director interino o sr. Álvaro Belo Marques, que não foi nomeado por esta Administração nem ratificada pelo Conselho da Redacção, conforme determina a Lei de Imprensa em vigor, pedem a V. Ex.ª que mande encerrar e selar as instalações do jornal «República» até que a situação seja esclarecida e reposta a legalidade pelas autoridades competentes.»

Lisboa, 19 de Maio de 1975
Gustavo Soromenho Raúl Rego

O documento é avaliado pela assinatura de três oficiais do COPCON.

RESPOSTA DOS JORNALISTAS DA «REPÚBLICA» A UM GRUPO DE CONLUIADOS QUE ABUSIVAMENTE FALAM EM NOME DA CLASSE (715 profissionais)

Cinquenta e cinco «jornalistas» votaram ontem, em nome de 715 profissionais, na Casa da Imprensa, duas moções sobre o caso «República», sem convocação prévia de uma assembleia que a importância do assunto impunha.

A legitimidade do processo não nos oferece quaisquer dúvidas. No entanto, vale a pena fazer alguns comentários aos textos referidos.

1 — Refere-se ao caso como «perigosa e contra-revolucionária» divisão. Pergunta-se: quem provoca a divisão? Quem atenta contra uma das maiores conquistas do povo português — a liberdade de expressão de pensamento? Quem esquece a luta contra a censura fascista?

Os jornalistas da «República» repudiam, indignados, a acusação feita por uma minoria que pretende colher, em exclusivo, os frutos da Revolução.

Os «jornalistas» presentes na improvisada assembleia geral de

PRIMEIRO DONATIVO DA MÃO DE UM TIPÓGRAFO

Não vamos contar as circunstâncias em que. Não vamos contar, hoje, Vamos dizer, só, que, mesmo antes da saída do primeiro número do «Jornal do Caso da República», recebemos o primeiro donativo: 15000. É de um tipógrafo.

26/5/75 não defenderam a classe nem dignificaram a profissão; foram sectários e partidários, defendendo o partido político que está envolvido no controle dos meios de informação.

2 — Representantes do Sindicato dos Jornalistas participaram na fatura da Lei da Imprensa que viria a ser aprovada não antes do 28 de Setembro, como se diz nas moções, mas em 26 de Fevereiro. A Lei foi aprovada sem qualquer voto de vencido do representante do PCP e sem que os representantes do Sindicato (ainda em funções) tivessem alguma vez expresso os pontos de vista que, por oportunismo partidário, agora se apressam a avalizar.

Os revolucionários de pacotilha que vêm agora contestar a legalidade revolucionária, fazem-no mais de três meses após a publicação da Lei e mais de dois meses depois do 11 de Março — data em que, segundo eles, se «fez» a Revolução. Trata-se, pois, de um fenómeno de evidente oportunismo. E nós somos pela Revolução, mas não pelo golpismo.

Só agora, perante um caso concreto, a Lei de Imprensa (considerada pelo ministro da Comunicação Social como a mais liberal que se conhece) é contestada porque só agora ela frustra os intentos para sujeitar mais um jornal ao estreito controle de um partido. Recordar-se, a propósito, uma afirmação do ministro Correia Jesuino, em entrevista recentemente concedida

à ANI, sobre a Lei da Imprensa: «É no seu cumprimento que se revela essa maioridade a que aludo, não só por parte das instâncias que a ela ficam sujeitas, mas também, e sobretudo, no que directamente nos diz respeito, ou seja, na garantia da sua execução.»

3 — Falam os pseudo-revolucionários na entidade patronal — referindo-se ao caso «República». Recordamos, uma vez mais, que os cerca de 3000 accionistas da empresa não só não receberam um só centavo de dividendos, mas fizeram, em várias ocasiões, investimentos desinteressados que salvaram o jornal, em ocasiões difíceis. Além disso, dado que «a entidade patronal» terá que identificar-se com a administração do jornal recordamos que a edição-pirata de 19/5/75, também conhecida por «edição Belo Marques», confessava em editorial que os trabalhadores «não têm sequer críticas a efectivar àquela administração».

4 — Relativamente à participação dos trabalhadores na gestão da empresa queremos reafirmar que nunca nos opusemos. Opusemo-nos sim à sua intervenção na tarefa dos jornalistas, até porque nós nunca procurámos interferir nas tarefas dos gráficos ou dos administrativos.

5 — Os «jornalistas» conluídos na tarde de 26/5/75, são na sua maioria identificáveis partidariamente. Alguns deles fazem das suas «opções» autênticos «seguros de vida» determinados pelo

medo de não poderem apresentar atestados de bom comportamento político.

6 — Insistem os autores das moções referidas em classificar o caso como «conflito de trabalho», dando evidentes provas de casmurricie oportunista, porque:

- o editorial da edição-pirata da «República» os desmente;
- porque o Ministro da Comunicação Social os desmente;
- porque o Conselho da Revolução, ao reconhecer a violação da legalidade revolucionária, os desmente;
- porque a realidade os desmente.

Recorde-se, a propósito, uma afirmação do ministro Correia Jesuino em entrevista recentemente concedida à ANI, sobre a Lei de Imprensa:

«É no seu cumprimento que se revela essa maioridade a que aludo não só por parte das instâncias que a ela ficam sujeitas mas também, e sobretudo, no que diz directamente nos diz respeito, ou seja, na garantia da sua execução.»

Aos assinantes da «REPÚBLICA»

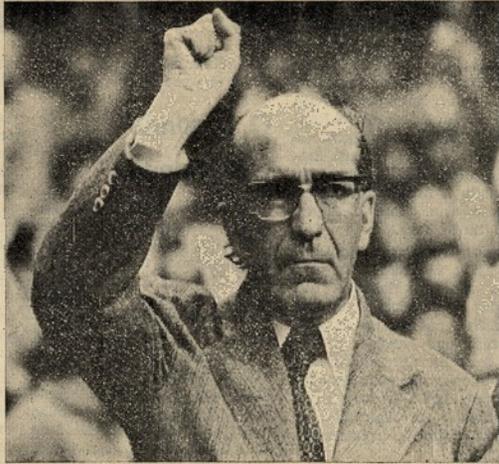
Impossibilitados do acesso aos «cheiros», pedimos a todos os assinantes do «República» o favor de se nos dirigirem (Rua da Emenda, 13-3.ª, em Lisboa) indicando o endereço para onde desejam que enviem os «Jornal do Caso REPÚBLICA».

Liberdade

(Continuado da primeira página)

Não se trata de uma questão laboral, tanto que nem uma reclamação de salários ou horários foi apresentada à Administração do jornal. A mesma Administração nem era posta em causa, embora se alegassem factos que, apesar de falsos, como a descida do jornal e sua projeção menor, dizem respeito à Administração; mas o problema frontal é o da orientação ideológica socialista do jornal. Como se a Revolução do «25 de Abril» se tivesse feito apenas para sectorializar os portugueses numa ideologia, excluindo todas as outras. Era precisamente o que tínhamos antes e não teria valido fazer a Revolução se não fora para acabar com as censuras de qualquer espécie: de uma comissão de Salazar ou Marcelo que tudo rasoira; ou de grupos de pressão que não admitem o pluralismo.

E pela liberdade de Imprensa que a luta se trava. Homens livres nos consideramos e não estamos dispostos a regressar ao silêncio amarfanhador.



DEU ENTRADA NA POLÍCIA JUDICIÁRIA A QUEIXA DA «REPÚBLICA»

Na secretaria da Polícia Judiciária deu entrada a queixa apresentada pela Administração da «República» contra quantos procuraram impedir a normal feitura do jornal, afastando em particular a direcção e a chefia da redacção, bem como a sua normal distribuição e livre circulação, além de outros delitos.

A queixa foi apresentada pelos advogados drs. Olindo de Figueiredo e João da Costa Neves, em nome da Editorial República, contra Álvaro Belo Marques, Vladimiro Vasconcelos Baptista Correia, Júlio Moreira, António Santos, António Franco, António Cunha, António Costa Malheiros, Luís Teque, Daniel, Luís Porto, Joaquim Dias, Carlos Sereno e José Manuel Serrano.

OS JORNALISTAS DA «REPÚBLICA» NÃO ABDICAM DE PARTICIPAR NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

O sr. comandante Montés, director-geral da Informação, a propósito dos acontecimentos na «República», concedeu uma entrevista ao semanário «Sempre-Fixe».

O sr. comandante, enquanto entidade privada, tem todo o direito de dar as entrevistas que quiser e nos termos mais conformes com as suas opiniões e opções pessoais. No que respeita ao director-geral de Informação, não poderá, em boa verdade, dizer-se exactamente o mesmo. O cargo que ocupa, atribui-lhe responsabilidades específicas, que o creditam como porta-voz das posições do organismo em que está integrado. O teor das suas declarações tem, portanto, maior peso na opinião pública.

A entrevista do sr. director-geral da Informação peca, à partida de uma tomada de posição a favor de determinação do sector. Cumpria-lhe a isenção de que deu provas nas negociações e entrevistas subsequentes o ministro da Comunicação Social. O sr. comandante Montés, na linha «monocórdica» da imprensa lisboeta, apressou-se a tentar transferir o conflito ideológico que está na base do caso «República» para o estrito conflito de trabalho, como se fosse semelhante ao que se passa em dezenas de empresas, em que os trabalhadores contestam a administração ou uma direcção.

Não se trata disso, e o senhor comandante sabe-o muito bem. Tão bem que, em vez de explorar exaustivamente os meandros do conflito, preferiu passar à análise da «multidão ululante», ultrajando com essa apreciação o povo que acorreu à Rua da Misericórdia para

defender a liberdade de Imprensa. E mais: o senhor comandante esquece que a presença da multidão de «pessoas drogadas por uma ideia» — os termos são do director-geral da Informação — foram o garante da integridade física dos redactores e da direcção da «República». Há fotografias, uma já publicada, em que trabalhadores da «República» empunham barras de ferro, avançando ameaçadoramente para os trabalhadores jornalistas.

Não foram os srs. ministro da Comunicação Social e o director-geral da Informação que estiveram, na noite de 19 de Maio, em risco de serem «martirizados». A «República» estava então guardada inte-

rior e exteriormente por elementos armados do Copcon e dos Paraquedistas. Aliás, o termo «martirizado» foi exclusiva e demagógicamente utilizado pelo sr. comandante Montés, quando lhe comunicaram que era difícil continuar a dominar a multidão. Nessa altura, tinham principiado há pouco as negociações e o sr. comandante Montés afirmou-se disposto a ser «martirizado» pela «multidão ululante».

Se alguém esteve em risco de ser martirizado (e não usou estes termos para não aparecer ao público com a aura de mártir) foram a direcção e a redacção da «República». Foram eles que, desarmados e sem qualquer protecção, esti-

veram durante o dia e a noite ameaçados de agressão física. Um jornalista finlandês presente, que tirava fotografias no momento em que os gráficos avançavam com barras de ferro, esteve em riscos de ter a máquina destruída e levaria duas ou três bofetadas. Por sua vez, um redactor, na altura dos tiros disparados na rua, levaria alguns empurrões e só não foi atingido por um soco, porque levantou os braços.

Alguns de nós, redactores da «República», foram ou estiveram em riscos de serem presos antes do 25 de Abril por quererem informar dignamente os seus leitores. Alguns de nós guardavam os seus papéis em casa de ami-

gos; alguns de nós tinham o telefone continuamente vigiado; alguns de nós, apesar de tudo, sobressaltavam-se com o toque da campainha às seis horas da manhã. Todos, porém, contribuíram para a revolução do 25 de Abril. Todos aprenderam a resistência intelectual na luta quotidiana contra a censura. Não estão dispostos hoje a sujeitar-se a uma nova censura. A mais infamante das censuras, pois iria ser exercida por trabalhadores contra trabalhadores.

Para que a Revolução triunfe, ninguém pode ser excluído do processo revolucionário. Os jornalistas da «República» têm um papel a desempenhar na Revolução e não abdicam de o desempenhar.

A COMISSÃO DE TRABALHADORES VIOLOU A LEI DE IMPRENSA CONFIRMOU O CONSELHO DE IMPRENSA

Reunido no passado dia 27 para concluir os seus trabalhos de análise sobre o conflito na «República», o Conselho Nacional de Imprensa difundiu o seguinte comunicado final:

«O Conselho de Imprensa, tendo analisado os acontecimentos que levaram ao encerramento do jornal «República» e na sequência de uma queixa apresentada pelos administradores do referido jornal, drs. Gustavo Soromenho e Raul Rêgo, ouviu a administração, a direcção e o conselho de redacção daquele periódico e tomou conhecimento de uma exposição elaborada pela comissão coordenadora de trabalhadores do mesmo diário.

«Verificou o Conselho de Imprensa ter havido violação da Lei de Imprensa vigente: ao serem destituídos pela comissão coordenadora de trabalhadores o director e director-adjunto da «República», uma vez que nos termos do n.º 2 do artigo 18.º e do n.º 2 do artigo 20.º aqueles são designados pela empresa proprietária com voto favorável do conselho de redacção; ao ser destituída a chefia de redacção pela mesma comissão de trabalhadores, porquanto a alínea c) do artigo 19.º determina ser da competência do director a designação do chefe de redacção; ao ter sido publicado um número do jornal «República» com a menção do sr. Álvaro Belo Marques como «director interino», quando não fora nomeado para as funções de director pela empresa proprietária, ouvido o conselho de redacção (n.º 2 do artigo 18.º).

«O Conselho de Imprensa, porém, não pode deixar de reconhecer que a análise de outras violações da Lei de Imprensa está prejudicada pelo facto de a «República» não

ter ainda adoptado publicamente o estatuto editorial que, no caso das publicações informativas, e segundo o n.º 4 do artigo 3.º «definir a sua orientação e objectivos, comprometendo-se a respeitar os princípios deontológicos da Imprensa e a ética profissional, de modo a não poderem perseguir apenas fins comerciais, nem abusar da boa fé dos leitores, encobrindo ou deturpando a informação».

«O Conselho de Imprensa, tendo ainda tomado conhecimento da intenção manifestada pela administração, direcção e conselho de redacção do jornal República de fazer cooperar os restantes trabalhadores na gestão da empresa e de promover a sua participação crítica na orientação do jornal, exprime a esperança de que o conflito seja rapidamente sanado por acordo de todas as partes envolvidas.

«Ao analisar este problema, o Conselho reconheceu mais a pertinência de algumas críticas que têm vindo a ser feitas à insuficiência da Lei perante a evolução do processo revolucionário, particularmente no que se refere à participação do conjunto dos trabalhadores da empresa jornalística, na definição e aplicação do estatuto editorial dos periódicos, sem prejuízo da salvaguarda do Povo à liberdade de informação e da especificidade da função dos jornalistas na garantia desse direito.

«O Conselho considera também necessário encontrar estruturas institucionais que garantam a liberdade das publicações doutrinárias e o apartidarismo das publicações informativas com pelo menos um quarto do capital social na posse do Estado ou de outra pessoa colectiva de direito público.»

«JORNAL DO CASO REPÚBLICA»

Proprietário: Gustavo Soromenho
Redacção e Administração: Rua da Emenda, 13-3.º — Lisboa-2.